

A SUPERVISÃO EM OFICINAS TERAPÊUTICAS

Eugênia Correia Krutzen

Resumo: Partindo de uma experiência como supervisora do projeto de extensão “Oficinas terapêuticas junto à população em risco social”, apresento questões relativas à supervisão em situação de psicoterapia em grupo. O aspecto violento da contenção necessária ao trabalho psicoterapêutico (abstinência) deve ser equilibrado com a permissividade desejável em trabalho inspirado na Psicanálise e na Arte-Terapia. Apresento também discussão sobre indicadores de efeitos clínicos em oficinas institucionais, comentando o conceito de “resiliência” de Cyrulnik e as pesquisas de Gijssengham sobre a condução de entrevistas com crianças vítimas de abuso e exploração sexual.

Palavras-chave: *psicanálise; supervisão; resiliência.*

Como contribuir, a partir de projetos de extensão universitária, para a questão da violência, doméstica e urbana, tão grave em nossos dias? Conseguiríamos levar a termo psicoterapias realizadas em grupo, em instituições de apoio à população em risco social, alcançando resultados clínicos?

O Projeto de Extensão “Oficinas terapêuticas com população em risco social” acredita nessa possibilidade, tendo motivado, no final de 2004, um acordo entre a Clínica de Psicologia (UFPB-CCHLA) e o Serviço Sentinela (Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes), órgão da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Em fevereiro de 2007, foram realizadas três oficinas: com crianças, com adolescentes e com adultos, alguns dos quais da mesma família das crianças.

A tese de doutorado Correia-Krutzen (1999) estabelece algumas diretrizes dessa modalidade de ludo-terapia, inspirada na Psicanálise e na Teoria da Arte. O objetivo fundamental é incentivar a autoria construindo-se narrativas, sem distinguir se ficcionais ou autobiográficas.

Em 2005 foi nomeado o grupo NAPP – Núcleo de Arte, Psicologia e Psicanálise, buscando conceder visibilidade ao empenho e entusiasmo que tem caracterizado o trabalho das 12 pessoas: estudantes de Psicologia e técnicos do Sentinela que vêm atuando no projeto. Uma das exigências para participar do trabalho é a disponibilidade para participar de três tipos de atividades igualmente importantes: as oficinas, as supervisões e os estudos teóricos.

Gostaria aqui de apresentar alguns aspectos dessa tentativa, sempre relançada, de compreender o que se pode esperar da supervisão de trabalhos em grupo realizados em instituições, no contexto da extensão universitária. Há certos temas, nas reuniões, que não têm mesmo nenhuma ligação com o aspecto clínico do atendimento, mas estão indiretamente delimitando o trabalho. São questões sobre o calendário acadêmico, a rotatividade dos alunos, o fato deste projeto concorrer com vários outros, na tentativa de conquistar uma única bolsa, etc., etc. Acredito que uma das formas de aumentar a chance da comunidade universitária valorizar e incentivar alunos e professores extensionistas seja esclarecer a natureza de nosso trabalho e o rigor com que é realizado, por isso, o destaque feito aqui à supervisão. Essa é uma das tarefas mais difíceis de se realizar, pois é uma área ainda em plena construção, distante tanto da clínica tradicional quanto de um trabalho sócio-educativo.

Começarei, então, por uma questão epistemológica básica: como admitir o distanciamento do ideal, tão caro na academia, de um saber absoluto, que seria alcançado pelo domínio de uma técnica ou de uma teoria superpoderosa?

Quando se leva em conta a hipótese freudiana do inconsciente, é preciso aceitar que se entra em um domínio furado, vazado, onde as certezas são poucas e de acesso difícil. Sempre se diz mais do que se queria, e a mensagem não segue – de modo algum – os trâmites regidos pela razão e a consciência.

Embora tenha escrito sobre Psicologia de massa e os fenômenos grupais, Freud não se dedicou pessoalmente a esse tipo de terapia, sendo a tradição de Moreno, Bion, entre outros, as que até hoje inspiram os terapeutas. Para o grupo, Golder (2000) e Figueiredo (1997) têm constituído referências básicas, ambas defendendo a possibilidade da teoria freudiana, revista por Lacan, constituir elementos suficientes para atendimentos como os que o grupo realiza. É importante deixar claro: a Psicanálise trata cada um individualmente, usando a fala, a associação livre e a abstinência como métodos, enquanto que nas oficinas terapêuticas se trabalha em grupo, não fazendo interpretações e sugerindo, às vezes, de modo bem direto, atitudes e idéias. Embora não possa me deter agora em outros aspectos do atendimento em grupo, defendo a idéia de que as propostas psicanalíticas sobre supervisão individual podem ser válidas também para o trabalho em grupo.

Em um artigo que no próprio título já traz uma proposta ética, Figueiredo e Vieira (2000) resumem bem: “A supervisão: do saber sobre a psicanálise ao saber psicanalítico”. Ou seja: partindo dos momentos privilegiados de atendimento, é preciso passar para a produção de um saber que seja singular: afeito a cada um, mantendo a referência à teoria que ampara a todos.

A racionalidade universitária contemporânea, onde está mergulhada esta ação, é regida por uma lógica bem característica, dirigida pela tradição cartesiana, que os autores resumiram bem: “1 – Saber alguma coisa é sabê-la racionalmente; 2 – Saber alguma coisa é ser capaz de enunciá-la (Quem pensa claramente, fala claramente); 3 – Este enunciado não depende de quem o enuncia, ou seja, é um universal.” (FIGUEIREDO; VIEIRA, 2000:84).

Cabe aqui sublinhar e repetir muitas vezes: referindo-me aqui à supervisão clínica, ao trabalho com oficinas psicoterapêuticas, diferentes, portanto, de trabalhos sócio-educativos ou profissionalizantes, igualmente valiosos, mas que exigem outra formação. Os autores se referem, portanto, a atividade denominada “supervisão clínica” onde se configura com clareza uma outra lógica, outro domínio, onde:

1 – O saber é lacunar porque é incessantemente descompletado pelo fato clínico como efeito do ato do analista. A partir daí, toda construção de saber em supervisão segue essa estrutura descompletada do saber inconsciente; 2 – Ao se dizer mais do que se sabe, só resta a surpresa e o desejo de vir a saber disso. (...) 3 – Deduzindo das duas proposições anteriores, o saber que aí se constitui é necessariamente um saber singular (o que não exclui a importância fundamental da teoria) (...) mas é uma produção imprevisível do sujeito, que não é controlada nem prevista por ele. (FIGUEIREDO; VIEIRA, 2000:91).

Essa imprevisibilidade, entretanto, deve ser contrabalançada com o reconhecimento de que trabalhamos em instituições que nos solicitam relatórios, indicadores, parâmetros capazes de demonstrar o alcance de nossa ação e, desse modo, justificar investimentos de tempo e recursos financeiros.

Nesse sentido, no início de 2006, o grupo propôs três indicadores para avaliar sua intervenção: a frequência dos participantes, o relatório dos estagiários sobre as sessões e meu relatório como supervisora.

Refletindo melhor, após o ano de trabalho, a frequência me parece um dado difícil de ser considerado. Alguns participantes dependem de passes de ônibus que não chegam até eles em quantidade e regularidade suficientes. Além disso, o fato de uma pessoa ter vindo poucas vezes não pode ser indicativo de fracasso das Oficinas, nem a assiduidade representa, necessariamente, uma vantagem. Vários depoimentos me lembram o caráter específico do atendimento, pois, ao ser motivado pelo abuso e exploração sexual, estas pessoas aproximam-se de momentos traumáticos que não devem necessariamente ser constantemente lembrados. É preciso deixar que a criança ou adolescente siga sua vida, frequente outras instituições onde circulem pessoas diferentes daquelas associadas ao incidente. Que possa esquecer e dar um lugar ao que se passou.

Não vir mais ao Sentinela, portanto, não parece um fracasso do trabalho, pois mesmo que a proposta incida sobre a situação de risco social, o Programa Sentinela tem o abuso sexual como elemento definidor.

Golder (2000), Dolto (1998), entre outros autores, também afirmam que uma única sessão pode ter efeitos terapêuticos cujo alcance poderia ser avaliado por entrevistas com os participantes, por exemplo. Resultado: embora a frequência indique um aumento no número dos participantes, numa curva claramente crescente, não considero esse indicador confiável para avaliar o efeito clínico do trabalho.

A dificuldade em identificar, nos relatórios, elementos capazes de orientar uma análise da prática do grupo, entretanto, está sendo tão expressiva, que motivou meu tema de pós-doutoramento, e que tem como objetivo fundamental sistematizar a situação atual da interface Psicanálise / Análise de Discurso.

A partir das anotações de cada sessão, os relatórios deveriam articular fundamentos teóricos às questões observadas durante o atendimento, constituindo temas a serem retomados no próximo ano. Como todos apresentaram dificuldade no “ponto de partida” para escrever, sugeri a escolha de uma sessão representativa do semestre, aquela que se apresentasse primeiro a nossa memória por qualquer que fosse a razão. Essa sessão serviria como uma amostra, um modo de compartilharmos nossas inquietações.

Como sou a supervisora das oficinas, escolhi uma supervisão do atendimento à crianças. O ponto relevante foi um determinado sentimento, já constatado inúmeras vezes, que naquele dia se apresentou de maneira bem nítida. Trata-se de uma sensação de estar sendo violenta, grosseira, politicamente incorreta, por solicitar aos participantes que não se deixem levar pelo ideal de “botar tudo pra fora” de qualquer maneira, como se esse exercício de falar fosse, por si só, uma vantagem. Recorto então duas situações típicas dos momentos em que intervenho categoricamente, provocando em mim a sensação de ter sido violenta:

- a) quando há conversas paralelas no momento em que um colega apresenta sua questão na supervisão;
- b) quando a descrição do caso apresenta, repetitivamente, uma tendência do grupo a explorar aspectos violentos da criança ou da família.

Para meu alívio, encontrei apoio no livro “Violências” de Isabel Khan Marin (2002), que relata momentos, também de supervisão e aconselhamento de famílias, em que ela própria chegou ao ponto de pronunciar a seguinte frase, dirigindo-se ao pai de uma criança de um ano e meio: - “Você será violento.” A criança faz escândalo madrugada adentro, a ponto de a vizinhança queixar-se, e o pai pergunta à psicóloga, como fazê-lo dormir, sem magoá-lo, sem ser violento.

Marin (2002) remete, então, esse sentimento ao fenômeno do “estranho”, (Unheimlich) tão bem descrito por Freud: “o estranho que é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar” (1919:328), comentando dificuldade análoga à minha, o mesmo desconforto quando se tem que frustrar, conter, encaminhar procedimentos e atitudes que devem ser reguladas por uma Lei, e que inevitavelmente produzirão efeitos de violência.

Assim é que, cada vez que precisei pedir que os estagiários escolhessem entre falar para todos ou falar fora da sala, a sensação subsequente era de grande desconforto, confirmando a observação da autora sobre o fato de que, na contemporaneidade predomina a tendência a depositar em outro lugar – outras pessoas, outras classes sociais, grupos minoritários, qualquer um, mas não nós – o “lixo atômico não reciclável” (expressão de Fleig 1993:58) que é a violência.

Um dos seis textos imprescindíveis para participar da oficina é “Arte e terapia: ligações perigosas?” de Jean Florence (1997). O autor discute o quanto a Psicologia corrobora esse equívoco, ao defender que a expressão, em qualquer que seja sua forma, seja necessariamente terapêutica. Suponho, então, que há uma situação historicamente construída no Brasil do século XXI, defendendo como um valor a espontaneidade a qualquer preço, atitude que então é mantida na supervisão.

Não consegui, até o final do semestre, nenhuma estratégia capaz de dar conta dessa tendência, observando, por exemplo, que a reunião final, onde os relatórios deveriam ser discutidos começou com dois membros (somos 12!) e os demais foram chegando com, às vezes, uma hora e meia de atraso, inviabilizando a discussão e avaliação do trabalho. Quais fatores sustentam essa situação que, inevitavelmente, deve também incluir minha própria participação? Qual configuração desse “inconsciente grupal” nos leva a isso?

O segundo ponto remete à paralisia que tomava conta do grupo (digo paralisia, mas o fenômeno poderia ser descrito como um tipo de movimento-retilíneo-uniforme pois todos falavam muito animadamente naqueles momentos) quando alguém descrevia expressões violentas de determinadas crianças, já conhecidas por esse traço. Durante a supervisão, os depoimentos sucediam-se em cascata, cada vez com mais detalhes, como em um concurso, para ver quem tinha passado por uma experiência mais violenta com a criança em questão. A expressão dos participantes era de intenso interesse, como se estivessem, finalmente, encontrando o fio condutor da razão de estarem ali.

Novamente encontro alento em Marin (2002:108), que também experimentara circunstância semelhante em um estudo de caso sobre mãe violenta com a filha. A autora descreve como o grupo de estagiários parecia demandar cada vez mais detalhes que revelassem o caráter mórbido da situação, transferindo-se para a supervisora “um excesso de tensão e angústia, a

sensação de que qualquer tentativa de interpretar a violência da mãe e de pensar em como mobilizá-la e comprometê-la para olhar diferentemente para seus filhos seria uma violência maior, por negar todo sistema social determinante”.

Lembro que na sessão em questão, cheguei a propor um recurso lúdico, procurando modificar a repetição que se mostrava cada vez mais intensa. Arrisquei, então, após uma rodada em que todos – 100% dos participantes da reunião – relataram com surpreendente entusiasmo, alguma violência ligada à criança em questão: “Vamos experimentar assim: a partir de agora, quem contar mais algum incidente, deve também acrescentar um elemento teórico, qualquer articulação capaz de trazer uma saída para a situação, alguma alternativa para esse caso”.

Uma estagiária, muito aborrecida, comenta que teria muito que dizer, mas que, então, não falaria mais nada... O fato é que os relatos produziam um bem-vindo alívio da tensão grupal. Quanto mais incidentes eram comentados, mais intensos se construíam os laços identificatórios, promovendo identificações e cumplicidade por meio do relato.

Vítima de abuso sexual, pela primeira vez com 3 anos de idade, a criança do caso teve ainda várias outras experiências traumáticas, levando nossa equipe a considerá-lo um tipo de “recorde” no que trata de fatores negativos para seu desenvolvimento.

Contrapondo-se à tendência (inevitável?) que temos todos, de procurar prever o futuro de alguém a partir de sua infância, o mestre da resiliência, Boris Cyrulnik (2001), em seu livro “Os patinhos feios” insiste em apontar possibilidades de retomada para o desenvolvimento, mesmo após circunstâncias traumáticas graves. Sistematizando os fatores que aumentam essa possibilidade, Cyrulnik (2001, p.20) propõe que as avaliações da resiliência levem em conta três planos diferentes:

1 – A aquisição de forças internas, pré-verbais, fontes internas construídas nos primeiros anos de vida, nas interações precoces. Essas forças arcaicas poderiam explicar as possibilidades positivas de reagir;

2 – O duplo estatuto da agressão: os efeitos mórbidos do primeiro ângulo do golpe, a ferida ou a falta no próprio corpo. Mas é depois, “na significação que esse golpe tomará mais tarde na história do ferido e no contexto familiar e social, que explicará os efeitos devastadores do segundo golpe, aquele responsável pelo traumatismo”. Como se vê, é por meio da rede simbólica que o trauma adquire seu poder de fixação e multiplicação.

3 – O terceiro fator, capaz de trazer resiliência são os espaços de palavra e encontro que a sociedade disponha em torno do ferido, permitindo-o retomar seu desenvolvimento.

Para Cyrulnik a surpreendente variabilidade das reações aos traumatismos, a impressionante capacidade demonstrada por algumas pessoas em recuperar-se, ali, onde outras sucumbem, é explicada então por esse conjunto: um temperamento pessoal, uma significação cultural e uma sustentação social. A inter-relação entre os três pontos levantados pelo autor, põe em relevo a confluência entre a significação dada socialmente ao evento traumático e a possibilidade de intercâmbio e encontro com outras pessoas também atingidas por acontecimentos análogos.

Retomando a questão da supervisão, como evitar a tendência a encorajar a fala a qualquer preço? Como diferenciar a expressão passível de promover efeito terapêutico, engendrar laços sociais fecundos, da fala vazia, enunciada como recurso para apaziguar movimentos imaginários gerados pelo funcionamento de qualquer grupo? Como compatibilizar essas reflexões com a regra básica de um tratamento analítico que consiste, justamente, em dizer tudo sem nada censurar?

Em uma coletânea organizada por autores dedicados à temática do trauma e do trabalho institucional, Gijseghem (1996) chega a conclusões semelhantes a Cyrirulnik. O autor admite que é largamente reconhecido que “falar exorciza”, que colocar o traumatismo em palavras pode evitar sintomatizações, “acting out” repetitivos, outras formas de “enquistamento” do problema.

Com muito tempo de prática institucional, e apoiando-se em pesquisas empíricas, o autor questiona: “Sim, sem dúvida colocar em palavras, desvendar, confessar, portam em si promessas de libertação.” No entanto, será que não vamos longe demais na solicitação da palavra? Em que medida não abusamos da criança abusada, perseguindo o desvendamento de sua experiência traumática a qualquer preço? A aplicação sistemática desse procedimento – que inicialmente pode ser liberador – não nos confinaria, às vezes, em um tipo de obstinada confiança no “dizer tudo”, que alguns denominam com pertinência de “ditadura da confissão” ?

Gijseghem coloca em cheque, por exemplo, as entrevistas, em que um profissional pode, com certeza, induzir uma criança a confirmar ou negar determinadas coisas, independentemente da boa intenção do entrevistador. As pesquisas citadas pelo autor conduzem ao reconhecimento das fontes neurológicas que sustentam as lembranças de crianças, recordações praticamente criadas por sugestões exteriores, por diversas formas. A própria pergunta, a ordem em que são apresentadas, entre outros fatores lógicos, podem contribuir para uma conclusão falsa para a entrevista, seja positiva ou negativa em relação à suspeita de abuso sexual.

O autor traz dados surpreendentes quando discute os estudos de Bagley e Ramsay (1984). Essa pesquisa feita retrospectivamente, observa o desenvolvimento de crianças que sofreram abuso sexual, concluindo, para o espanto de todos, que não há nenhuma diferença entre aqueles que revelaram o segredo daqueles que não revelaram, desde que essa revelação não constitua condição para que o abuso seja interrompido. Essa mesma tendência é observada nos estudos de Finkelhor (1979), e também de Draijet (1988), todos concluindo que a confissão não é garantia de menos seqüelas.

Para Gijseghem, essas pesquisas colocam em dúvida a opinião geral, e também a impressão intuitiva que tem qualquer um de nós, que o desvendamento traz em si promessas de saúde mental. O autor defende a posição de que quanto maior a discricção com que as investigações sejam feitas, quanto menos pessoas sejam envolvidas, e quanto mais se proteja a intimidade da criança, mais se estará promovendo sua economia psíquica.

O fundamento teórico de sua hipótese vem da teoria freudiana, preconizando o valor simbólico do tabu do incesto na constituição do superego, e por conseqüência, o valor estruturante das relações de parentesco. Na teoria freudiana do desenvolvimento, o poder corrosivo da mistura inter-generacional advém da impossibilidade de se produzir o recalque

necessário ao desenvolvimento psíquico. Conforme a Psicanálise, é à custa dessa energia contida, o recalque, que o aparelho psíquico consegue transformar elementos pulsionais em representações culturalmente partilháveis. A criança abusada é então, atingida em sua constituição subjetiva, na formação do seu superego.

Para Gijssengham, é fundamental que a criança volte ao segredo, à capacidade de recalcar, de virar aquela página traumática, por meio de atividades e interesses que sigam outra direção, outra temática, diferente do trauma. Além dessa permissão de não falar sobre o assunto, quando bem preferir, é necessário oferecer novas insígnias, outros elementos identificatórios para além daquele que consiste em ser “aquele que foi abusado sexualmente”.

Proteger, então, a ferida, ao invés de exibi-la, colocá-la em um lugar acessível à memória, mas não obsessivamente presente, podem ser algumas diretrizes capazes de nos inspirar em nosso trabalho cotidiano. Nessa mesma direção, suponho que todos somos marcados pelo “cale-se” de que fala Chico Buarque em sua canção, impedidos que fomos na infância, pelas mais diversas formas, de alcançar a suposta palavra plena de significação e alívio. Mas nenhum efeito terapêutico é alcançado se exageramos nessa permissividade, começando pela dinâmica do próprio grupo.

Uma hipótese então pode ser levantada em direção ao contexto onde a palavra é tomada. O efeito terapêutico é alcançado muito mais pelo clima restaurador, o respeito a toda prova, o acolhimento generoso, do que pelo conteúdo daquilo que é pronunciado. Resta ainda a questão: por que é tão difícil conseguir esse nível desejável de tensão e relaxamento? Uma segunda hipótese remete, então, ao próprio funcionamento dos grupos.

O texto de Freud “Psicologia de grupo e análise do ego” parte de análises individuais, constatando que a pessoa se comporta de maneira totalmente diferente quando se encontra em grupo. Freud indaga: o que é um grupo? Como adquire o poder de alterar tanto o psiquismo das pessoas? Qual é a natureza dessa alteração?

O autor observa que no grupo há um contágio das emoções, que as forças que mantinham elementos inconscientes em bom nível de repressão são levantadas, e passa a operar um alto nível de sugestibilidade. Freud afirma que há substratos arcaicos, não aprendidos socialmente, filogeneticamente transmitidos, que nos permitem supor que as funções inconscientes são as mesmas em qualquer ser humano, essas funções ficando expostas, quando se está em situações de grupo. É por isso, então, que o grupo pode ferir, mas também pode curar, o que é válido, inclusive para meu grupo de supervisão.

O medo de ser violenta, portanto, é um tipo de resultante desse tipo de vivência, pois estamos, à revelia de nossa boa vontade, entregues a um inconsciente grupal, diferente, independente de nossa individualidade. Assim como a obra de arte não depende de seu autor (embora haja críticos que persistam no equívoco de reduzir um a outro), o grupo não se reduz a seus participantes, engendrando um novo elemento, aquele constituído pela soma das partes, um inconsciente grupal.

É por isso que o estudo sistemático dos autores indicados pode construir elementos identificatórios facilitadores da vida em grupo. Ao esperar que as leituras indicadas sejam feitas e discutidas, não se está visando apenas o desenvolvimento da intelectualidade, a erudição ou do raciocínio dos participantes, mas também, e principalmente, viabilizando que

compartilhemos representações, permitindo coesão ao grupo. Desse modo, não precisaremos usar outras estratégias para nos unir, já que essa articulação é indispensável para se trabalhar com fenômenos tão complexos, e que também nos atingem, em maior ou menor medida.

Certamente essa exigência pode produzir sofrimento e fuga nas pessoas pouco afeitas ao trabalho psicoterapêutico em grupo, causando enorme culpabilidade na supervisora, para quem a violência se aproxima do “estranho/familiar”, como me referi no início.

Então, os próprios relatórios, devem constituir instrumentos de trabalho, permitindo elaborações e avaliações dos procedimentos e atitudes, passando a ser uma das leituras iniciais do semestre subsequente. Também, para o próximo semestre, fica a questão lançada, decorrente das discussões e que, quem sabe, poderá constituir tema para um seminário mais amplo: Sexualidade e Violência: o que esses conceitos podem ajudar no trabalho cotidiano do Sentinela?

Referências Bibliográficas

CORREIA-KRUTZEN, E. *Do risco à escritura: oficinas de histórias com população em situação de risco social*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB: 1999

DOLTO, F. – *Quando surge a criança* – Vol. I, II e III – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

FIGUEIREDO, Ana C. e VIEIRA, M. – *A supervisão: do saber sobre a psicanálise ao saber psicanalítico*. Cadernos IPUB, nº. 9, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FLORENCE, J. *Arte e terapia: ligações perigosas?* Bruxelas: Facultes Universitaires Saint-Louis, 1997

GOLDER, E-M. *Clínica da primeira entrevista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

GIJSENGHAM, Hubert Van – *Traiter la maltraitance: une remise en question* – Bruxelas: De Boeck & Lacier, 1998.

MARIN, Isabel Khan – *Violências* – S.Paulo: Escuta/FAPESP, 2002

(*) Eugênia T.C.B. Correia Krutzen é psicóloga, mestre em Filosofia (UNICAMP), Doutora em Psicologia (UnB) e psicanalista em formação. Professora Adjunto do Departamento de Psicologia, Vice-Coordenadora da Clínica de Psicologia, CCHLA, UFPB.

E-mail: genacor01@uol.com.br

Rua Prof. Hipólito Ribeiro Freire, 30 – Altiplano, João Pessoa, PB – 58.046-130

Tel: (83) 3252 18 94.